

028

Campinas, 17 de dezembro de 2014

Exmo.Sr.

Jonas Donizetti

Prefeito da Cidade de Campinas

14/10/66682 PG

17 DEZ 2014

Excelentíssimo Prefeito:

As entidades e cidadãos participantes do **Fórum Cidadão pelo Plano Diretor Participativo**, de Campinas, vêm respeitosamente congratular esta Prefeitura através de sua Secretaria de Planejamento pela realização do Seminário "NOVO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO – REFLEXÕES E CRÍTICAS", no dia 10 de dezembro de 2014, evento que marcou o início dos trabalhos para revisão do Plano Diretor 2016.

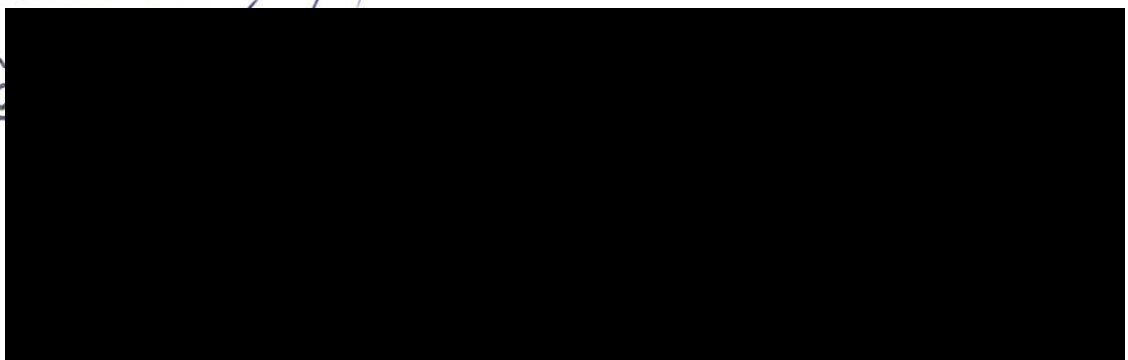
Aproveitamos a oportunidade para encaminhar a V.Excia o MANIFESTO deste Fórum Cidadão, anexo e assinado por dezenas de Entidades representativas da Sociedade Civil e por cidadãos campineiros, que expõe as justificativas e motivações em defesa de que a revisão do Plano Diretor 2016 seja iniciada de imediato e com a efetiva e estimulada participação da Sociedade Civil durante todo o processo.

Tenha V.Excia a certeza de que todos os signatários do MANIFESTO compartilham do desejo de colaborar com esta Prefeitura e toda a comunidade no sentido de que o Plano Diretor 2016 venha a se tornar um marco na direção de uma Campinas mais justa, inclusiva e sustentável, e para tanto nos colocamos à Vossa inteira disposição para trabalhar nesta direção.

Agradecemos pela atenção.

Respeitosamente,

PROTOCOLADO



Fórum Cidadão pelo Plano Diretor Participativo

MANIFESTO

Campinas, 01 de novembro de 2014

O Plano Diretor é instrumento imperativo que, conforme ditam a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, deve contar com a plena participação da sociedade, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das determinações nele contidas, ao qual devem se submeter os demais instrumentos legais que regem o parcelamento, o uso e a ocupação do solo na Cidade.

Campinas vem, por vários motivos, passando por um processo de crescimento desordenado que tem criado diversos problemas sociais, ambientais e econômicos cujo impacto na qualidade de vida de seus cidadãos já se faz sentir. Uma vez que é imperativa a revisão de seu Plano Diretor até 2016, é hora de união de esforços no sentido de evitar que estes problemas se agravem e venham causar impactos negativos ao futuro de Campinas.

Assim,

CONSIDERANDO que o Plano Diretor deve seguir os princípios constitucionais norteadores quais sejam: da função social da propriedade; do desenvolvimento sustentável; das funções sociais da cidade; da igualdade e da justiça social; da participação popular;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme o artigo 182, §10, da Constituição Federal, e o artigo 39 do Estatuto da Cidade (Lei Federal 12.257/01) cabendo ao Plano Diretor estabelecer as premissas que garantam que a propriedade urbana cumpra sua função social;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor deve seguir as **diretrizes gerais da política urbana** estabelecidas no artigo 2º do Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é um espaço de debate e de definição de opções conscientes e negociadas entre os diversos atores que nela vivem ou dela usufruem;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é documento imperativo, por suas normas e diretrizes serem impositivas para a coletividade, ficando particulares e poder público obrigados a respeitar;

CONSIDERANDO que as formas de controle do uso e ocupação do solo, definidas na Legislação de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), devem guardar relação com a complexidade da cidade e serem inteligíveis para o conjunto da população;

CONSIDERANDO que as tradicionais "consultas" ou "audiências" formais, impostas pela legislação são objeto de críticas pela forma de condução e estão esvaziadas dado o descrédito em sua efetividade;

CONSIDERANDO que é fundamental que o novo Plano Diretor contenha a definição dos **critérios para a utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade**, tais como: a outorga onerosa do direito de construir; as operações urbanas consorciadas; o direito de preempção; a transferência do direito de construir; o Estudo de Impacto de Vizinhança; os critérios para a regularização fundiária; e, as Zonas Especiais de Interesse Social;

CONSIDERANDO que o macrozoneamento é a base fundamental para definir o uso e a ocupação do solo na cidade e que os critérios para o uso e ocupação do solo devem estar inteiramente contidos no Plano Diretor.

Nós signatários deste Manifesto

DEFENDEMOS o imediato início dos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Campinas e da legislação de Parcelamento do Solo, de modo que a revisão da LUOS já em curso, seja feita concomitantemente e à luz do Plano Diretor, e que sua aprovação só se dê após a sanção do novo Plano Diretor, ao qual devem se submeter os demais instrumentos legais; e,

DEFENDEMOS a ampla participação social neste processo por entendermos que esta seja a melhor forma de fortalecimento no cidadão do sentimento de pertencimento à Cidade e de exercício da cidadania.

Para tanto:

PROPOMOS que a Prefeitura de Campinas inicie no mais curto prazo possível o encaminhamento da revisão do Plano Diretor e Lei de Particionamento do Solo, de forma que este trabalho seja desenvolvido concomitantemente com os trabalhos de revisão da LUOS, já em curso;

PROPOMOS que a Prefeitura de Campinas encaminhe tal processo de revisão apoiado por ações de sensibilização que levem a uma efetiva participação da sociedade proporcionando um ambiente que incentive os diversos segmentos sociais ao diálogo sobre temas relacionados à qualidade de vida e ao futuro de Campinas;

PROPOMOS que este esforço fomente ações que envolvam pesquisas, estudos e trabalhos que ampliem os horizontes do Plano Diretor 2016, já preparando planos suplementares que orientem o desenvolvimento de Campinas para os próximos 20,

30 e 50 anos;

PROPOMOS que sejam revistos os métodos de trabalho até aqui usados pela Contratada para execução da presente revisão da LUOS, de forma que seja efetivamente incentivada a participação de todos os setores da sociedade.

Ademais, conclamamos entidades e cidadãos de Campinas a subscreverem este Manifesto e se unirem a este Fórum de discussão por uma **Campinas mais Justa e Sustentável**.

Assinam o Manifesto as Entidades e Cidadãos:

A.M.A.J.E.-Associação de Moradores e Amigos de Joaquim Egídio
APAVIVA Associação dos Amigos da APA de Campinas
Articulação Nacional de GTs sobre Urbano da AGB
Associação de Moradia e Cidadania de Campinas
Associação de Moradores da Cidade Universitária
Associação de Moradores do Alto Taquaral
Associação de Moradores do Guará
Associação de Proprietários e Moradores do Vale das Garças
Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo
Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Campinas
Associação dos Moradores do Jardim Miranda e do Parque Beatriz
Associação dos Proprietários e Moradores das Chácaras Piracambaia
Campinas Que Queremos
Coletivo de Campinas pela Reforma Urbana
Comitê para Democratização da Informática - CDI-Campinas
ECCOS
Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo
Movimento Resgate o Cambui
Movimento Sonha Barão
Plantando Paz na Terra
PROESP - Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies
Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - Regional Campinas
SOS Mata Santa Genebra
Vipcooper Cooperativa Habitacional

Segue a lista de 141 cidadãos que subscrevem este Manifesto ou pessoalmente ou pelo site Petição Pública, até o dia 12/12/2014.

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=planodiretorcampinas>